

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	59
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.687.300.000
Preferenciais	0
Total	1.687.300.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	4.369.242	4.261.243	3.971.905
1.01	Ativo Circulante	822.036	828.720	564.132
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	398.641	438.542	209.436
1.01.03	Contas a Receber	40.003	51.972	44.495
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.061	3	1.541
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	379.331	338.203	308.660
1.01.08.03	Outros	379.331	338.203	308.660
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	4.487	3.587	4.080
1.01.08.03.03	Partes Relacionadas	162	0	0
1.01.08.03.04	Ativo de Contrato de Concessão	338.769	306.004	272.212
1.01.08.03.05	Depósitos Vinculados	24.514	18.988	23.910
1.01.08.03.07	Sobressalentes	11.399	9.624	8.458
1.02	Ativo Não Circulante	3.547.206	3.432.523	3.407.773
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.546.796	3.432.021	3.407.084
1.02.01.04	Contas a Receber	163.465	403	202
1.02.01.04.01	Clientes	827	403	202
1.02.01.04.03	Conta Escrow	162.638	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.383.331	3.431.618	3.406.882
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	2.628	2.473	2.290
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1.394	1.472	1.515
1.02.01.10.05	Depósitos Vinculados	42.161	38.526	37.990
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato de Concessão	3.337.148	3.389.147	3.365.087
1.02.03	Imobilizado	278	311	342
1.02.04	Intangível	132	191	347

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	4.369.242	4.261.243	3.971.905
2.01	Passivo Circulante	195.915	166.665	140.081
2.01.02	Fornecedores	24.922	17.044	7.195
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.359	18.699	17.830
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.359	18.699	17.830
2.01.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	3.973	2.833	2.890
2.01.03.01.03	Tributos a Recolher	3.883	9.863	10.788
2.01.03.01.04	Encargos Setoriais	7.503	6.003	4.152
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	120.516	82.059	86.599
2.01.04.02	Debêntures	120.516	82.059	86.599
2.01.05	Outras Obrigações	35.118	47.174	25.592
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.928	6.541	3.804
2.01.05.02	Outros	29.190	40.633	21.788
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	29.190	40.633	21.788
2.01.06	Provisões	0	1.689	2.865
2.02	Passivo Não Circulante	2.297.493	2.230.118	1.986.349
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.122.855	1.209.758	1.245.754
2.02.01.02	Debêntures	1.122.855	1.209.758	1.245.754
2.02.02	Outras Obrigações	585.641	450.650	169.262
2.02.02.02	Outros	585.641	450.650	169.262
2.02.02.02.03	Fornecedores	20.377	38.845	49.442
2.02.02.02.05	Parcela de Ajuste	565.264	411.805	119.820
2.02.03	Tributos Diferidos	577.708	560.757	560.157
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	577.708	560.757	560.157
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contruição Social Diferidos	267.858	249.561	251.907
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	309.850	311.196	308.250
2.02.04	Provisões	11.289	8.953	11.176
2.03	Patrimônio Líquido	1.875.834	1.864.460	1.845.475

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.03.01	Capital Social Realizado	1.687.300	1.687.300	1.687.300
2.03.04	Reservas de Lucros	188.534	177.160	158.175
2.03.04.01	Reserva Legal	64.589	57.390	47.276
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	42.168	58.019	78.774
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	81.777	61.751	32.125

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	337.243	405.765	335.797
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.781	-21.593	-35.268
3.03	Resultado Bruto	313.462	384.172	300.529
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.842	-26.129	-20.479
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.388	-28.422	-23.582
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.546	2.293	3.103
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	280.620	358.043	280.050
3.06	Resultado Financeiro	-91.599	-96.072	-139.125
3.06.01	Receitas Financeiras	48.614	46.858	19.791
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.213	-142.930	-158.916
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	189.021	261.971	140.925
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.035	-59.701	-34.724
3.08.01	Corrente	-26.737	-62.047	-13.225
3.08.02	Diferido	-18.298	2.346	-21.499
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	143.986	202.270	106.201
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	143.986	202.270	106.201
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,085	0,12	0,063

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	143.986	202.270	106.201
4.03	Resultado Abrangente do Período	143.986	202.270	106.201

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	383.229	487.305	279.545
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.829	41.404	-16.054
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	189.021	261.971	140.925
6.01.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato de Concessão	-347.330	-344.118	-338.397
6.01.01.03	Juros Empréstimos e Debêntures	130.647	133.275	150.454
6.01.01.04	Amortização do custo de transação	4.280	4.325	4.311
6.01.01.06	Rendimentos sobre Depósitos Vinculados	-5.973	-6.723	-5.771
6.01.01.07	Provisão, reversão e atualização de Contingências	3.217	1.781	1.563
6.01.01.08	PIS e COFINS Diferidos	-206	2.889	3.529
6.01.01.09	Depreciação e amortização	87	191	176
6.01.01.10	Baixa de sobressalentes	0	40	99
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.835	7.269	2.606
6.01.01.12	Provisão de por indisponibilidade	-4.955	-19.496	24.451
6.01.01.13	Impacto RTP	46.206	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	458.036	574.016	375.169
6.01.02.01	Contas a Receber	8.665	4.549	-38.521
6.01.02.02	Partes Relacionadas	-775	2.737	3.725
6.01.02.04	Tributos a recuperar	-4.213	1.355	15.272
6.01.02.05	Ativo de Contrato de concessão	320.358	286.266	275.997
6.01.02.06	Fornecedores	-10.590	-748	4.837
6.01.02.07	Tributos a Recolher	-4.949	-7.702	-1.361
6.01.02.08	Provisões	-2.570	-4.567	-4.206
6.01.02.09	Encargos Setoriais	1.500	1.851	1.556
6.01.02.10	Outros Ativos e Passivos	-1.074	149	127
6.01.02.11	Parcela de ajuste	153.459	291.985	119.820
6.01.02.12	Sobressalentes	-1.775	-1.859	-2.077
6.01.03	Outros	-97.636	-128.115	-79.570
6.01.03.01	Juros Pagos	-69.946	-72.888	-75.020

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.03.02	Depósitos Vinculados a Litígios	78	43	611
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuições social pagos	-27.768	-55.270	-5.161
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	179	378	203
6.02.01	Aquisição de Intangível	179	378	203
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-423.309	-258.577	-126.372
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-113.427	-105.248	-73.883
6.03.04	Depósitos Vinculados a Empréstimos e Debêntures	-3.188	11.109	-1.318
6.03.05	Dividendos Pagos	-144.056	-164.438	-51.171
6.03.06	Conta Escrow	-162.638	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-39.901	229.106	153.376
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	438.542	209.436	56.060
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	398.641	438.542	209.436

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	177.160	0	0	1.864.460
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	177.160	0	0	1.864.460
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-58.019	-45.403	0	-103.422
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.019	0	0	-58.019
5.04.08	Distribuição de dividendos intercalares	0	0	0	-45.403	0	-45.403
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	143.986	0	143.986
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	143.986	0	143.986
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	69.393	-98.583	0	-29.190
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	27.225	-27.225	0	0
5.06.05	Dividendos adicionais propostos	0	0	42.168	-42.168	0	0
5.06.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-29.190	0	-29.190
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	188.534	0	0	1.875.834

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	158.175	0	0	1.845.475
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	158.175	0	0	1.845.475
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-78.774	-63.878	0	-142.652
5.04.06	Dividendos	0	0	-65.364	0	0	-65.364
5.04.08	Distribuição de dividendos intercalares	0	0	0	-63.878	0	-63.878
5.04.09	Distribuição de Reservas	0	0	-13.410	0	0	-13.410
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	202.270	0	202.270
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	202.270	0	202.270
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	97.759	-138.392	0	-40.633
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	39.740	-39.740	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	58.019	-58.019	0	0
5.06.05	Distribuição de Dividendos	0	0	0	-40.633	0	-40.633
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	177.160	0	0	1.864.460

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	112.748	0	0	1.800.048
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	112.748	0	0	1.800.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.986	0	0	-38.986
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.986	0	0	-38.986
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	106.201	0	106.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	106.201	0	106.201
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	84.413	-106.201	0	-21.788
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.049	-19.049	0	0
5.06.04	Distribuição de dividendos	0	0	0	-21.788	0	-21.788
5.06.05	Dividendos adicionais propostos	0	0	65.364	-65.364	0	0
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	158.175	0	0	1.845.475

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	395.398	452.423	402.410
7.01.02	Outras Receitas	395.398	452.423	402.410
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.921	-28.962	-41.645
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.921	-28.962	-41.645
7.03	Valor Adicionado Bruto	359.477	423.461	360.765
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	359.477	423.461	360.765
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	48.614	46.858	19.791
7.06.02	Receitas Financeiras	48.614	46.858	19.791
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	408.091	470.319	380.556
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	408.091	470.319	380.556
7.08.01	Pessoal	23.954	21.424	15.994
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	99.938	103.695	99.445
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	140.213	142.930	158.916
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	143.986	202.270	106.201

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Norte Brasil****Mensagem da Administração**

Dando continuidade ao nosso compromisso com a excelência, em 2024, seguimos com grandes realizações e entrega de resultados consistentes. Mantivemos nossa resiliência e disciplina na operação e manutenção das instalações, bem como nas atividades financeiras e de engenharia com níveis adequados de desempenho e foco nas melhores práticas, visando principalmente a preservação da saúde e segurança de nossos colaboradores.

A segurança é princípio fundamental e inegociável em nossa atuação, exigindo atenção e cuidado contínuos. Com esse compromisso em mente, seguimos firmes na construção de uma empresa responsável e, com grande satisfação, celebramos o atingimento da marca de mais de 896 dias sem acidentes com afastamentos, investindo em treinamento e capacitação de nossos colaboradores e parceiros. Todas essas conquistas refletem uma agenda consistente de conscientização, monitoramento e inovação.

Com a convicção de que a cultura de segurança deve ser permanente, desenvolvemos um plano estratégico para dar continuidade às ações, incorporando novas tecnologias, programas de prevenção de acidentes, mitigação de riscos e capacitação da força de trabalho ao longo do próximo ano. Essas iniciativas são essenciais para a sustentabilidade e o sucesso de longo prazo da nossa empresa.

Dando continuidade ao nosso compromisso com a governança, concluímos a Política de Gestão de Riscos criando maior robustez no processo de governança, fortalecendo nossa gestão estratégica de riscos. Esse avanço reforça nossa capacidade de identificar, mitigar e responder proativamente a desafios, garantindo maior segurança, previsibilidade e criação de valor sustentável para a Companhia.

Nosso desempenho econômico-financeiro segue consistente em IFRS, embora o exercício tenha sido marcado pela Revisão Tarifária Periódica (RTP) da RAP em julho de 2024, gerando um impacto negativo na revisão do fluxo do ativo de contrato no montante de R\$ 46,2 milhões. Ao expurgarmos este impacto, o EBITDA se manteve em linha com o de 2023, alcançando uma margem de EBITDA ajustado 85,7%.

Novamente celebramos mais um ano com o elevado índice de disponibilidade da linha de transmissão alcançando o patamar de 98,26% já considerando as atividades preventivas realizadas com o desligamento programado das linhas, fundamentais para assegurar a confiabilidade do sistema.

A dívida líquida manteve-se em linha comparado ao ano anterior. Ao expurgarmos o efeito do caixa extraordinário e o impacto da RTP, o indicador Dívida Líquida/EBITDA finalizou o exercício em 3,5x, um aumento de 0,3 p.p em relação ao registrado em 2023.

A evolução constante da excelência técnica e operacional dos colaboradores vem gerando solidez financeira, sendo o alicerce principal na materialização dos projetos, e mesmo com impacto da RTP no IFRS, obtivemos uma geração de caixa nas atividades operacionais no montante R\$ 383,2 milhões, permitindo a distribuição de R\$ 40,6 milhões em dividendos mínimos obrigatórios. Adicionalmente, o conselho de administração aprovou a distribuição de R\$, R\$ 58,0 milhões de dividendos adicionais e R\$ 45,0 milhões de dividendos intercalares totalizando o montante de R\$ 144,1 milhões durante exercício.

Para 2025 será proposto em assembleia um total de R\$ 71,4 milhões de distribuição, sendo R\$ 29,2 milhões em dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 42,2 milhões de dividendos adicionais, destinando 100% do resultado do exercício, demonstrando assim uma forte capacidade de geração de caixa e retorno aos nossos acionistas.

Seguiremos firmes em nossa jornada de crescimento sustentável, comprometidos com a geração de valor no setor de transmissão de energia no Brasil. Com foco em segurança, eficiência e inovação, continuaremos investindo para fortalecer a infraestrutura elétrica do país, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a melhoria da qualidade de vida de todos.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, bem como aos nossos stakeholders pela confiança e parceria, que são essenciais para o aprimoramento contínuo e o sucesso da Companhia.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Destaques



Pagamento de dividendos de R\$ **144,1 milhões** demonstrando a forte geração de caixa da Companhia.



Dívida Bruta de R\$ 1,3 bilhão (-4,0% vs 2023)



Resultado Financeiro de R\$ (91,6) milhões, redução de **4,7%** frente ao mesmo período de 2023.



Desempenho operacional de 98,26%, manutenção da excelência operacional

Indicadores Financeiros - IFRS

(em milhares de reais)

	2024	2023	Varição
Receita operacional líquida	337.243	405.765	(16,9%)
Custos e despesas operacionais	(60.169)	(50.015)	20,3%
EBITDA (*)	280.707	358.234	(21,6%)
EBITDA Ajustado (**)	328.491	361.908	(9,2%)
Margem EBITDA	83,2%	88,3%	(5,1) p.p
Margem EBITDA Ajustado	85,7%	89,2%	(3,5) p.p
Resultado financeiro	(91.599)	(96.072)	(4,7%)
Lucro líquido	143.986	202.270	(28,8%)
Dívida bruta	1.265.990	1.318.717	(4,0%)
Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	465.316	496.056	(6,2%)
Dívida Líquida (***)	800.674	822.661	(2,7%)
Dívida Líquida/EBITDA	2,9	2,3	24,2%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,4	2,3	7,2%

(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527 e EBITDA ajustado desconsiderando os impactos dos Itens não recorrentes.

(**) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia. Extraordinariamente para 2024, foi expurgado o efeito da Revisão Tarifária Periódica (RTP) no fluxo do ativo de contrato.

(***) Dívida líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Sobre a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

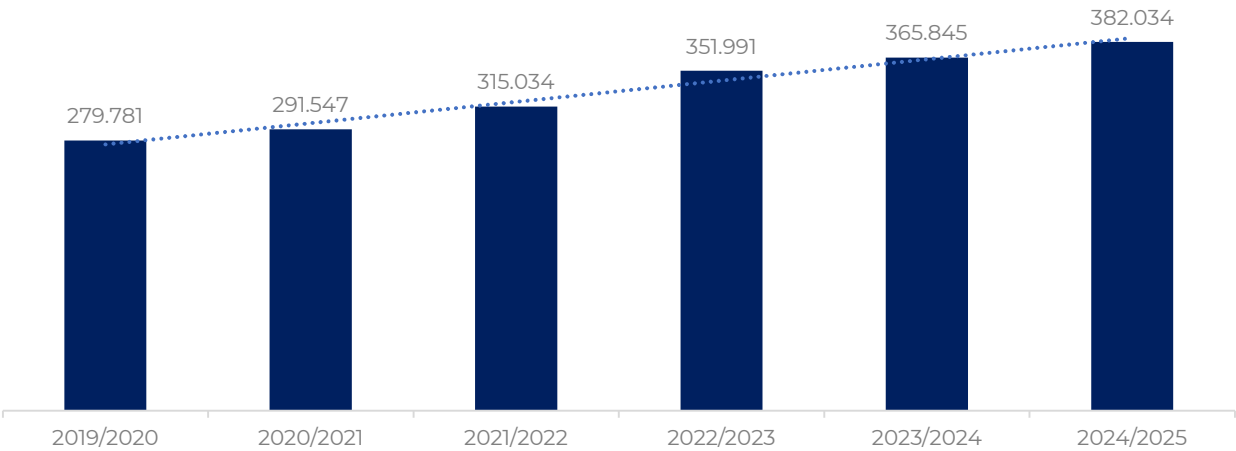
A Norte Brasil S.A. ("NBTE") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 007/2008 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão de corrente contínua, na tensão de ±600 kV, com extensão de 2.411 km, tendo origem na subestação Coletora Porto Velho, localizada no estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, localizada no estado de São Paulo. A linha de transmissão atravessa 85 municípios em 5 estados: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, sendo uma das maiores linhas do mundo.

A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board, detém o controle da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Receita Anual Permitida

Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 24-25 (R\$ milhões)	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
NBTE	2.411 Km	LT CC 600kV Porto Velho / Araraquara	382.034	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

Evolução da RAP nos últimos ciclos

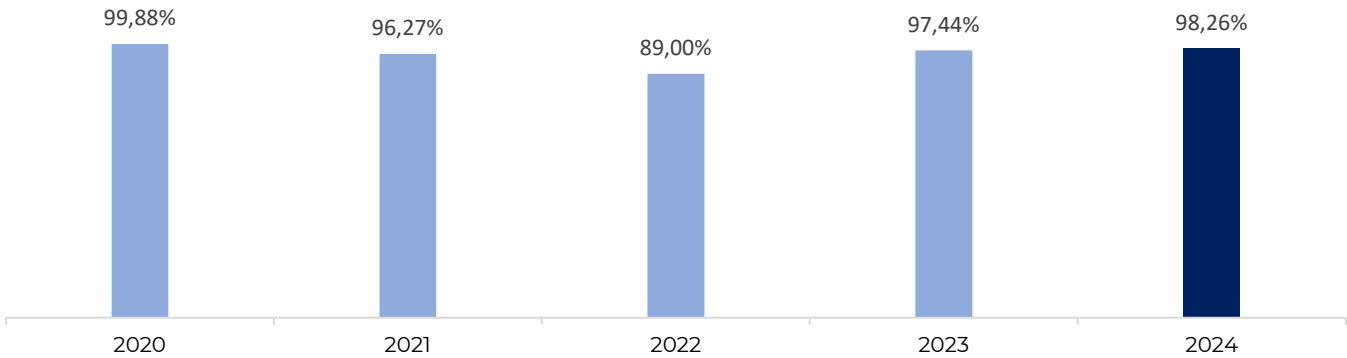


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Desempenho operacional

Índice de disponibilidade

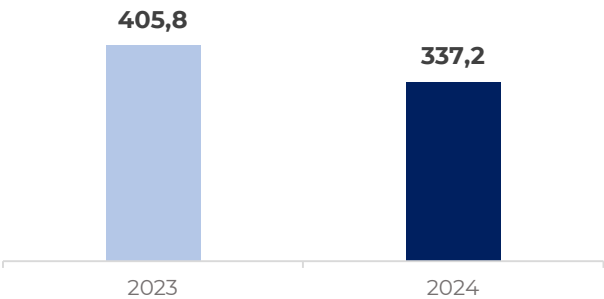


A companhia encerrou o exercício de 2024 com uma disponibilidade acumulada de 98,26% em função de atividades preventivas realizadas com o desligamento programado das linhas, fundamentais para assegurar a confiabilidade do sistema sem incidência de penalidades (PVI).

Desempenho econômico-financeiro

Receita Operacional Líquida - IFRS

A **Receita Operacional Líquida** encerrou o exercício com o total de **R\$ 337,2 milhões** sendo uma redução de **R\$ 68,5 milhões** comparado ao mesmo período de 2023. Essa redução refere-se à contração do índice de inflação (IPCA) ajustado na revisão do fluxo do ativo de contrato no montante de R\$ 46,2 milhões, por meio da revisão tarifária periódica da Companhia em 16 de julho de 2024.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Custos e Despesas operacionais:

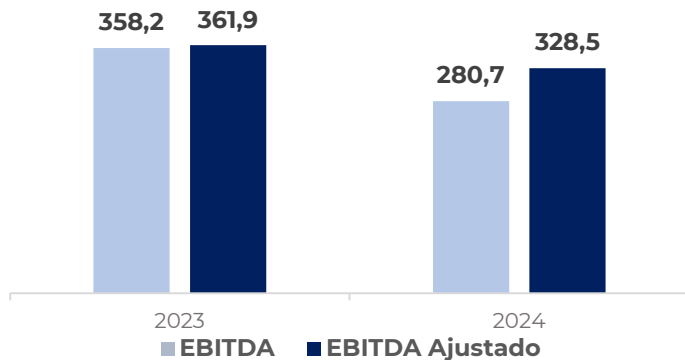
Custos e despesas operacionais			
(em milhares de reais)	2024	2023	Variação
Pessoal	(23.954)	(21.424)	11,8%
Serviços de terceiros	(21.178)	(19.747)	7,2%
Provisão para devedores duvidosos	(7.976)	(7.269)	9,7 %
Recuperação de despesas	1.771	6.279	(71,8%)
Outros custos e despesas	(8.832)	(7.854)	12,5%
Total	(60.169)	(50.015)	20,3%

Os custos e despesas operacionais encerraram o exercício de 2024 no montante total de **R\$ 60,2 milhões** sendo um aumento total de **R\$ 10,2 milhões** comparado ao mesmo período de 2023. A variação se refere basicamente a: (i) Incremento de despesa com pessoal no montante de **R\$ 2,5 milhões** devido a reajuste anual e aumento de quadro; (ii) indenização de seguro recebida em dezembro de 2023 no montante de **R\$ 6,3 milhões**; e (iii) reconhecimento do Auto de Infração recebido em junho de 2024 sobre fiscalização realizada durante o exercício de 2023 pela ANEEL no montante de **R\$ 1,3 milhão**, pago em julho de 2024.

EBITDA

O **EBITDA** foi de **R\$ 280,7 milhões** no exercício de 2024, representando uma redução de 21,6% em relação aos **R\$ 358,2 milhões** apurados em 2023, devido ao impacto da revisão tarifária (RTP) no fluxo de ativo de contrato em R\$ 46,2 milhões somados a variação de custos e despesas supracitados.

O **EBITDA Ajustado** é impactado principalmente pelas atualizações das contingências da Companhia. Extraordinariamente em 2024, expurgamos o efeito negativo da RTP supracitado.



Resultado Financeiro			
(em milhares de reais)	2024	2023	Variação
Receita de aplicação financeira	42.423	39.850	2.573
Juros sobre debêntures	(130.647)	(133.275)	2.628
Custo de transação	(4.280)	(4.325)	45
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas	905	1.678	(773)
Total	(91.599)	(96.072)	4.473

Endividamento

Em 2024 a dívida bruta encerrou no montante de R\$ 1,3 bilhão, e desta forma uma redução de R\$ 52,7 milhões em relação ao mesmo período de 2023. Tal redução se refere principalmente as amortizações realizadas no período no montante total de R\$ 183,4.

A dívida líquida atingiu R\$ 800,7 milhões, com o indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA alcançando 2,9x, uma redução 0,7 p.p. causada principalmente pelo caixa obtido em detrimento ao cumprimento a uma decisão judicial. No entanto, ao expurgarmos o efeito da decisão judicial e os impactos da RTP, o indicador de alavancagem fica 3,5x, configurando-se em um aumento de 0,3 p.p em relação ao registrado no mesmo período de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Norte Brasil****Governança corporativa**

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa.

Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumula a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

O Conselho de Administração ("CA") é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções.

A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Notas Explicativas



norte brasil
transmissora de energia s.a.
grupo evoltz

Demonstrações Financeiras de 2024

Notas Explicativas

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações dos valores adicionados	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional	12
2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes	12
3. Uso de estimativas e julgamentos	17
4. Caixa e equivalentes de caixa	20
5. Contas a receber	20
6. Partes relacionadas	21
7. Tributos	21
8. Ativo de contrato de concessão	22
9. Depósitos vinculados	23
10. Fornecedores	24
11. Debêntures	25
12. Provisões	27
13. PIS e COFINS diferidos	29
14. Imposto de renda e contribuição social	29
15. Parcela de ajuste	30
16. Patrimônio líquido	31
17. Receita líquida	33
18. Custos e Despesas operacionais	33
19. Resultado financeiro	34
20. Instrumentos financeiros e gestão de riscos	34
21. Aspectos ambientais	38
22. Seguros	38

Notas Explicativas**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Notas Explicativas**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 3.675.917 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de *performance* satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de *performance*, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de *performance* identificada, e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de *performance* previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Shape the future
with confidence**

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Notas Explicativas**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Notas Explicativas

**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

Notas Explicativas

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	398.641	438.542
Depósitos vinculados	9	24.514	18.988
Contas a receber	5	40.003	51.972
Tributos a recuperar	7	4.061	3
Ativo de contrato de concessão	8	338.769	306.004
Sobressalentes		11.399	9.624
Partes relacionadas	6	162	-
Outros ativos		4.487	3.587
		822.036	828.720
<u>Não circulante</u>			
<u>Realizável a longo prazo</u>			
Contas a receber	5	827	403
Conta Escrow	15.1	162.638	-
Depósitos vinculados	9	42.161	38.526
Depósitos judiciais		1.394	1.472
Tributos a recuperar	7	2.628	2.473
Ativo de contrato de concessão	8	3.337.148	3.389.147
Imobilizado		278	311
Intangível		132	191
		3.547.206	3.432.523
Total do ativo		4.369.242	4.261.243
Passivo e patrimônio líquido			
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	10	24.922	17.044
Debêntures	11	120.516	82.059
Tributos a recolher	7	3.883	9.863
Dividendos a pagar	16.3	29.190	40.633
Partes relacionadas	6	5.928	6.541
Provisões	12	-	1.689
Encargos setoriais		7.503	6.003
PIS e COFINS diferidos	13	3.973	2.833
		195.915	166.665
<u>Não circulante</u>			
Fornecedores	10	20.377	38.845
Debêntures	11	1.122.855	1.209.758
Provisões	12	11.289	8.953
PIS e COFINS diferidos	13	309.850	311.196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	267.858	249.561
Parcela de ajuste	15	565.264	411.805
		2.297.493	2.230.118
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	16.1	1.687.300	1.687.300
Reserva legal		64.589	57.390
Reserva de incentivos fiscais		81.777	61.751
Reserva de lucros		42.168	58.019
		1.875.834	1.864.460
Total do passivo e patrimônio líquido		4.369.242	4.261.243

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	337.243	405.765
Remuneração do ativo de contrato de concessão		347.330	344.118
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		(10.087)	61.647
Custos de serviços prestados	18	(23.781)	(21.593)
Lucro bruto		313.462	384.172
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(36.388)	(28.422)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.546	2.293
		(32.842)	(26.129)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		280.620	358.043
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		48.614	46.858
Despesas financeiras		(140.213)	(142.930)
		(91.599)	(96.072)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		189.021	261.971
Imposto de renda e contribuição social	14.b		
Corrente		(26.737)	(62.047)
Diferido		(18.298)	2.346
		(45.035)	(59.701)
Lucro líquido do exercício		143.986	202.270
Lucro básico e diluído por ação	16.4	0,085	0,120

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	143.986	202.270
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	143.986	202.270

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

		Reserva de lucros					Total Patrimônio líquido
Nota	Capital social	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal	Lucros Acumulados	
Em 31 de dezembro de 2022	1.687.300	65.364	47.276	13.410	32.125	-	1.845.475
Dividendos adicionais aprovados	-	(65.364)	-	-	-	-	(65.364)
Distribuição de reservas	-	-	-	(13.410)	-	-	(13.410)
Lucro líquido do exercício						202.270	202.270
Dividendos intercalares pagos	-	-	-	-	-	(63.878)	(63.878)
Destinação do resultado do exercício:							
Constituição de reservas	-	-	10.114	-	29.626	(39.740)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(40.633)	(40.633)
Dividendos propostos adicionais	-	58.019	-	-	-	(58.019)	-
Em 31 de dezembro de 2023	1.687.300	58.019	57.390	-	61.751	-	1.864.460
Dividendos adicionais aprovados	-	(58.019)	-	-	-	-	(58.019)
Lucro líquido do exercício	16.3	-	-	-	-	143.986	143.986
Dividendos intercalares pagos	16.3	-	-	-	-	(45.403)	(45.403)
Destinação do resultado do exercício:							
Constituição de reservas	16.3	-	7.199	-	20.026	(27.225)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	(29.190)	(29.190)
Dividendos adicionais proposto	16.3	-	42.168	-	-	(42.168)	-
Em 31 de dezembro de 2024	1.687.300	42.168	64.589	-	81.777	-	1.875.834

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		189.021	261.971
Ajustes de:			
Remuneração do ativo de contrato de concessão		(347.330)	(344.118)
Impacto RTP (Revisão Tarifária Periódica)		46.206	-
Juros sobre debêntures	11	130.647	133.275
Amortização e baixa do custo de transação	11	4.280	4.325
Depreciação e amortização		87	191
Rendimentos sobre depósitos vinculados	19	(5.973)	(6.723)
Provisão, reversão e atualização de contingências		3.217	1.781
Baixa de sobressalentes		-	40
Provisão para devedores duvidosos		7.835	7.269
Pis e Cofins diferidos		(206)	2.889
Provisão\Reversão para indisponibilidade - PVI		(4.955)	(19.496)
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		8.665	4.549
Partes relacionadas		(775)	2.737
Tributos a recuperar		(4.213)	1.355
Ativo de contrato de concessão		320.358	286.266
Sobressalentes		(1.775)	(1.859)
Fornecedores		(10.590)	(748)
Tributos a recolher		(4.949)	(7.702)
Provisões	12	(2.570)	(4.567)
Encargos setoriais		1.500	1.851
Parcela de ajuste		153.459	291.985
Outros ativos e passivos		(1.074)	149
Caixa gerado nas operações		480.865	615.420
Juros pagos sobre debêntures	11	(69.946)	(72.888)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.768)	(55.270)
Depósitos judiciais		78	43
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		383.229	487.305
Baixa de intangíveis/imobilizado		179	378
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		179	378
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de principal de debêntures	11	(113.427)	(105.248)
Conta Escrow		(162.638)	-
Depósitos vinculados		(3.188)	11.109
Pagamento de dividendos		(144.056)	(164.438)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(423.309)	(258.577)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(39.901)	229.106
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	438.542	209.436
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	398.641	438.542
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(39.901)	229.106

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		395.398	452.423
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17	347.330	344.118
Receita de operação e manutenção	17	29.933	26.748
Outras receitas		18.135	81.557
Insumos adquiridos de terceiros		(35.921)	(28.962)
Serviços de terceiros		(21.178)	(19.747)
Materiais, energia e outros		(14.743)	(9.215)
Valor adicionado bruto		359.477	423.461
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		359.477	423.461
Valor adicionado líquido recebido em transferência		48.614	46.858
Receitas financeiras	19	48.614	46.858
Valor adicionado total a distribuir		408.091	470.319
Distribuição do valor adicionado		408.091	470.319
Pessoal	18	23.954	21.424
Impostos, taxas e contribuições		99.938	103.695
Remuneração de capital de terceiros	19	140.213	142.930
Remuneração de capital próprio		143.986	202.270
Valor adicionado total distribuído		408.091	470.319

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Norte Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, CNPJ nº 09.625.321/0001-56, de capital aberto, domiciliada no Brasil, com endereço no Rio de Janeiro/RJ, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara C2 (SP), nº 2, em Corrente Contínua, em 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Norte Brasil encontra-se em operação comercial desde 4 de novembro de 2014, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

1.1. Concessão

A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 016/2009 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da data de sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica caracterizadas no Anexo 6G-CC do Edital do Leilão 007/08-ANEEL.

O prazo de duração da Companhia é determinado, por ser limitado pela conclusão do seu objeto social, que se realizará após o fim da concessão outorgada à Companhia nos termos do Contrato de Concessão nº 016/2009-ANEEL ("Contrato de Concessão"), celebrado em 26 de fevereiro de 2009, entre a União e a Companhia, podendo tal concessão ser renovada nos termos do Contrato Concessão.

Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.348, homologou a nova Receita Anual Permitida – RAP com impacto da Revisão Tarifária Periódica (RTP) para o ciclo 2024/25 de R\$ 382.034 (R\$ 365.845 para o ciclo 2023/2024), com período de vigência de julho de 2024 a junho de 2025.

A linha de transmissão da Companhia foi disponibilizada para operação comercial em 25 de setembro de 2014. O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS oficializou a entrada em operação comercial em 4 de novembro de 2014. Em dezembro de 2017, a linha de transmissão da Companhia foi definitivamente conectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 20 de fevereiro de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia.

Políticas contábeis relevantes

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

2.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

▪ Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados a valor justo e mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com estas características.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

c) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

2.3.2. Passivos financeiros

a) Classificação e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado.

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado.

2.3.3. Compensação de saldos

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Ativo de contrato de concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Norte Brasil regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como "Ativo de contrato de concessão". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Benefício fiscal – Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

(a) Revisadas e Vigentes:

- IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores
- IAS 1 – Passivo não circulantes com covenants
- Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado

(b) Revisadas e não vigentes:

- CPC 26 (IFRS 18) – Apresentação das Demonstrações Financeiras (apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais subtotais específicos)
- CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial
- CPC 02 (R2) – Efeito nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
- CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública.

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

3. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão relacionadas a seguir:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos.
- Análise de risco de crédito
- Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos fiscais, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 12)

Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1. Ativo de contrato de concessão

No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento.

O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes:

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil.
- **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão.
- **Remuneração do Ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.
- **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Provisões para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

- a. **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** – O modelo de perdas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- b. **Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.4 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5 Demonstração de fluxo de caixa ("DFC")

Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM n°. 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em conta corrente	211	6.235
Aplicações financeiras (i)	398.430	432.307
	398.641	438.542

- (i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados por uma taxa média de 97.57% do CDI, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	58.540	67.205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(17.710)	(9.875)
Provisão para PVI	-	(4.955)
	40.830	52.375
Circulante	40.003	51.972
Não circulante	827	403

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	35.121	55.508
Vencidos até 360 dias	12.146	10.880
Vencidos mais de 360 dias	11.273	817
	58.540	67.205

- (i) A Companhia na condição de agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável destas discussões a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. A variação se refere basicamente as multas rescisórias recebidas de alguns clientes no exercício, pela baixa perspectiva de recebimento os montantes foram provisionados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Evoltz Participações S.A. (i)	-	-	5.928	6.541	(28.883)	(25.099)
Evoltz IV (ii)	27	-	-	-	57	-
Evoltz V (ii)	11	-	-	-	48	-
Evoltz VI (ii)	14	-	-	-	62	-
Evoltz VII (ii)	7	-	-	-	33	-
Evoltz VIII (ii)	5	-	-	-	21	-
Manaus Transmissora (ii)	98	-	-	-	428	-
	162	-	5.928	6.541	(28.234)	(25.099)

(i) O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho N° 754, de 21 de março de 2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP.

(ii) Refere - se aos gastos cooperativos de projetos de P&D, no qual, a Norte Brasil é proponente, e as demais companhias são cooperadas.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

b) Remuneração do membros-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar ao membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários	3.335	3.349
Encargos sociais	627	663
	3.962	4.012

7. Tributos

a) A recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social	4.048	3
Outros tributos a recuperar	13	-
	4.061	3
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social - CSLL (i)	2.628	2.473
	2.628	2.473

(i) A Administração apresentou à Receita Federal do Brasil (RFB) pedidos de restituição dos créditos tributários decorrentes dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social do ano calendário 2015, e que estão pendentes de deferimento.

b) A recolher

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social	477	4.668
PIS e COFINS	3.146	4.875
Outros tributos a recolher	260	320
	3.883	9.863

Notas Explicativas

norte brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato de concessão:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	3.695.151	3.637.299
Remuneração do ativo de contrato de concessão	347.330	344.118
Amortização do ativo de contrato de concessão (i)	(366.564)	(286.266)
Saldo Final	3.675.917	3.695.151
Circulante	338.769	306.004
Não circulante	3.337.148	3.389.147

(i) Impacto no montante de R\$ 46,2 milhões pelo reajuste do ciclo tarifário (IPCA) e da revisão do fluxo do ativo contrato em razão da Revisão Tarifária Periódica - RTP, homologado através da REH 3.348 a RAP para o ciclo 2024/2025.

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão (Nota 1):

- **Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- **Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.
- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Notas Explicativas

norte brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

- **Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de “reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas”, a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.
- **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

9. Depósitos vinculados

A Companhia possui contas reservas vinculadas as obrigações contratuais referentes a 1º emissão de debêntures, cuja remuneração está baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI (Nota 11). A conta reserva do serviço da dívida deverá manter saldo correspondente a próxima prestação a vencer de amortização do principal e juros. A Companhia deposita mensalmente o valor equivalente a um sexto da próxima prestação vincenda. Os recursos possuem destino específico e exclusivo para o serviço da dívida, conforme saldos demonstrados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	24.514	18.988
Não circulante	42.161	38.526
	66.675	57.514

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços	45.296	55.784
Outros	3	105
	45.299	55.889
Circulante (i)	24.922	17.044
Não circulante (i)	20.377	38.845

(i) Refere-se a principalmente a passivo assumido em função de acordo judicial em outubro de 2019, no montante de R\$ 85,4 milhões (R\$ 45 milhões pagos em 2019), sendo o montante de R\$ 40 milhões remanescentes a serem pagos através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas assim distribuídas: R\$ 10 milhões pagos em 31.10.2024 (montante atualizado de R\$ 13,4 milhões), R\$ 15 milhões em 31.10.2025 (saldo em curto prazo, montante atualizado de R\$ 20,4 milhões) e R\$ 15 milhões em 31.10.2026 (saldo em longo prazo, montante atualizado de R\$ 20,4 milhões) que por meio de transferência de direito creditórios será pago para Zonda Fundo de Investimentos corrigido pelo IPCA.

Notas Explicativas

norte
brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Debêntures

						31/12/2024			31/12/2023		
	Modalidade	Taxa anual de juros (a.a)	Vencimento	Moeda	Montante liberado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
1ª Emissão	Debêntures	IPCA+7,15%	15/09/2026	R\$	200.000	66.970	62.323	129.293	30.717	155.004	185.721
2ª Emissão	Debêntures	IPCA+5,07%	15/11/2030	R\$	1.000.000	57.826	1.078.871	1.136.697	55.622	1.077.374	1.132.996
Subtotal debêntures						124.796	1.141.194	1.265.990	86.339	1.232.378	1.318.717
1ª Emissão	Custo de transação					(648)	(485)	(1.133)	(648)	(1.135)	(1.783)
2ª Emissão	Custo de transação					(3.632)	(17.854)	(21.486)	(3.632)	(21.485)	(25.117)
Total líquido de debentures						120.516	1.122.855	1.243.371	82.059	1.209.758	1.291.817

Em 15 de setembro de 2013, a Companhia realizou a 1ª emissão de 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, em duas séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 200.000. A oferta restrita teve início no dia 21 de outubro de 2013 e foi encerrada no dia 24 de outubro de 2013 e o montante líquido recebido pela Companhia foi de R\$ 195.230.

Em 15 de novembro de 2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 1.000.000. Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu o montante líquido de R\$ 963.620. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da totalidade do saldo devedor pela Companhia do empréstimo junto ao Banco BNDES e quitação antecipada na totalidade de Notas Promissórias, série única, ambos em 29 de dezembro de 2020.

Abaixo segue movimentação das Debêntures:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.291.817	1.332.353
Juros provisionados	130.647	133.275
Amortização de juros	(69.946)	(72.888)
Amortização de principal	(113.427)	(105.248)
Amortização de custo de transação	4.280	4.325
Saldo final	1.243.371	1.291.817

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas de longo prazo têm vencimento nos seguintes anos:

	2026	2027	2028	Após 2029	Total
Debêntures	139.422	154.109	166.952	680.711	1.141.194

11.2. Garantias concedidas

Para ambas as emissões, as garantias são:

- Cessão fiduciária das ações ordinária nominativas da Companhia, e
- Direitos Creditórios provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica.

Porém para a 2ª emissão de debentures, essas garantias são dadas sob condição suspensiva, ou seja, só passam ser dadas em garantia após a liquidação da 1ª emissão.

11.3. Cláusulas restritivas ("covenants")

Os principais "covenants" da Companhia referentes às debêntures estão descritos abaixo:

- Redução do capital social da Emissora sem anuência dos Debenturistas;
- Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- Relatório consolidado da memória de cálculo (com todas as rubricas) do ICSD (mínimo 1,30). Referido índice financeiro, são calculados a partir da (i) razão entre o EBITDA ajustado e o serviço da dívida, maior ou igual a 1,30 até a quitação integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão ou 1,20 após a quitação integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão;
- Protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado não ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000 para a 2ª Emissão de Debêntures;
- Alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, da Emissora, em benefício de qualquer terceiro;
- Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira que esteja sujeita a Emissora que não sejam decorrentes desta emissão, em montante igual ou superior a R\$ 20.000 para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000 para a 2ª Emissão de Debêntures, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do inadimplemento;
- Apresentar e divulgar em até 90 dias contados da data do encerramento de cada exercício social as demonstrações financeiras auditadas, acompanhadas do relatório da administração;
- Manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- Não conceder mútuos ou financiamentos ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, a seus acionistas, empresas controladoras ou coligadas, exceto no caso de estar apresentando o ICSD conforme obrigação prevista nas escrituras de debêntures.
- Não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Direitos Creditórios, com exceção da cessão fiduciária em garantia compartilhada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- Para 1ª emissão de debêntures manter depositado nas Contas Reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Companhia, os valores correspondentes a próxima parcela vincenda de principal e juros;
- Manter sempre válidas e exigíveis as Garantias da Emissão
- Manter o relatório de risco atualizado anualmente até a data de vencimento, bem como divulgar (ou deixar que a agência de rating divulgue) os relatórios com as súmulas das classificações risco
- Não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros, os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem prévia anuência dos Debenturistas

Em 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes estão devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

12. Provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	3.200	4.889
Provisão para contingências	8.089	5.753
	11.289	10.642
Circulante	-	1.689
Não circulante	11.289	8.953
	11.289	10.642

Provisões ambientais

Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza regulatória, trabalhista, ambiental, fundiária e fiscal decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia consubstanciada na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Movimentação das provisões

	Ambientais	Contingências	Sobressalentes	Total
Em 31 de dezembro de 2022	7.141	6.287	613	14.041
Atualizações	664	2.018	-	2.682
Reversões	-	(901)	(613)	(1.514)
Pagamentos (i)	(2.916)	(1.651)	-	(4.567)
Em 31 de dezembro de 2023	4.889	5.753	-	10.642
Adição	-	2.812	-	2.812
Atualizações	211	1.359	-	1.570
Reversões	-	(1.165)	-	(1.165)
Pagamentos (i)	(1.900)	(670)	-	(2.570)
Em 31 de dezembro de 2024	3.200	8.089	-	11.289

- (i) Referente principalmente a amortização da condicionante à Licença de operação ambiental nº 1.265 de acordo com cronograma de pagamento encerrado em 30 de julho de 2024 (vide nota 21 – Aspectos ambientais).

b) Passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/12/2024	31/12/2023
Regulatório (i)	47.754	20.812
Ambiental (ii)	5.194	4.646
Fundiário (iii)	4.494	3.419
Tributário (iv)	3.596	4.734
Trabalhista	323	1.609
	61.361	35.220

- (i) Refere-se a Recurso Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Companhia, com vistas à suspensão da aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI sobre as suas receitas, em decorrência de desligamentos provocados pela queda de torres de transmissão entre os dias 13 e 14 de outubro de 2020, ocasionado por eventos climáticos extraordinários, e, no mérito, o cancelamento da aplicação da PVI. O incremento refere-se à reavaliação do montante em risco pela Companhia.
- (ii) Refere-se a autos de infração, ainda na esfera administrativa, lavrados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, por danos ao meio ambientais e descumprimento de condicionantes de licenciamento ambiental.
- (iii) O incremento refere-se à reavaliação do montante em risco pela Companhia.
- (iv) Referem-se basicamente ao auto de infração exigindo o pagamento de débitos de ICMS – DIFAL referentes a saídas e entradas (respectivamente) de bens transferidos de outros estabelecimentos de sua própria titularidade do Estado de Goiás.

c) Garantias judiciais e fianças

A Companhia oferece garantias como ferramenta de condição legal para circunstâncias específicas. Isso não implica pagamento antecipado, nem reconhecimento da condenação. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui garantias legais para contingências de direito regulatório e fundiário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
PIS diferido	55.986	56.022
COFINS diferido	257.837	258.007
	313.823	314.029
Circulante	3.973	2.833
Não circulante	309.850	311.196
	313.823	314.029

Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(327.896)	(329.650)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	60.038	80.089
	(267.858)	(249.561)

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	189.021	261.971
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(64.267)	(89.070)
Incentivos Fiscais - SUDAM	20.026	29.626
Outras adições	(794)	(257)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	(45.035)	(59.701)
Correntes	(26.737)	(62.047)
Diferidos	(18.298)	2.346
	(45.035)	(59.701)
Alíquota efetiva	24%	23%

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2024 de acordo com o seguinte cronograma futuro, com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
IRPJ e CSLL diferidos	9.179	10.442	9.946	9.037	21.434	60.038

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Parcela de ajuste

A Companhia pleiteia judicialmente indenização de 562 dias de Receita Anual Permitida (RAP) não recebidos no início da operação, sendo o montante total pleiteado de R\$ 541.970.

Embora a ação esteja sujeita a recurso, a ANEEL em cumprimento a uma decisão judicial do Tribunal Federal (TRF-1) incluiu um adicional de R\$ 270.985 no processo tarifário de 2022 da Companhia, que corresponde a 50% do montante da indenização, que foi pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de setembro/2022 a junho/2023, e os 50% remanescentes no ciclo 2023-2024 da RAP, sendo o montante total atualizado de R\$ 279.044 totalmente pagos em junho de 2024.

Os efeitos dessa decisão foram apurados pela Companhia considerando o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, dado que não foi homologado o trânsito em julgado da ação, o ativo (Receita) não deve ser reconhecido. Visando a adequação das normas contábeis, a Companhia registrou o ingresso do recurso como “Caixa e equivalentes de caixa”, tendo a sua contrapartida como “Parcela de ajuste”. Concluindo, apesar de corresponder a um acréscimo no ativo da Companhia, o ganho não é certo, permanecendo, assim, a obrigação de não registrar a receita até o trânsito em julgado da ação. A primeira parcela foi recebida em outubro de 2022 via P.A (“Parcela de ajuste”), no AVC referente a setembro de 2022, e assim tem se seguido desde então, mensalmente, finalizado em junho de 2024, totalizando nesta data base R\$ 565.264 (R\$ 411.805 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos efeitos fiscais.

15.1. Conta Escrow

O Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”) firmado em 18 de dezembro 2017 entre o acionista da companhia, a Evoltz Participações (“Evoltz”) e a Abengoa Concessões (“Vendedora”) antigo acionista, que tem por objeto a aquisição, pela Evoltz, de participações acionárias de concessionárias de instalações para transmissão de energia elétrica, dentre elas a Norte Brasil (“companhia”) prevê a obrigação da companhia da transferência de quaisquer Ativos Supervenientes à Vendedora, conforme percentuais e montantes especificados nas cláusulas do referido contrato de compra e venda.

O mesmo contrato inclui dentro da definição de ativos supervenientes a ação judicial ajuizada pela Companhia contra a ANEEL que pleiteia o ressarcimento de prejuízos decorrentes de atrasos na entrada em operação.

O referido Contrato ainda estabelece, ao tratar da definição de Ativos Supervenientes, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito à Vendedora a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente em questão de forma definitiva.

Uma vez notificada pela Norte Brasil das movimentações financeiras acima descritas, a Vendedora solicitou à Norte Brasil que passasse a depositar o montante líquido da RAP recebida, nos termos do Contrato que possivelmente caberá à Vendedora em conta garantia de movimentação restrita “Conta Escrow”.

Embora o Contrato não preveja tal obrigação de depósito de tais montantes em Conta Escrow, acordaram as Partes através do instrumento Memorando de Entendimentos celebrado em 2023, que tal medida se afigura a mais adequada para (a) garantir o recebimento pela Vendedora dos valores que eventualmente lhes caibam, e (b) prevenir a eventual geração involuntária de benefícios financeiros às Partes em desacordo com as regras sobre Ativos Superveniente do Contrato. Abaixo seguem os principais termos estabelecidos entre as partes:

Notas Explicativas

norte brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- i.

Depositar a parcela cabível à Vendedora dos valores já recebidos a título de Acréscimos na RAP, conforme memória de cálculos validada de comum acordo entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de suspensão ou pagamento parcial de tais valores, por motivos alheios à vontade da Norte Brasil, até que cesse tal suspensão e/ou seja sanado o inadimplemento.
- ii.

Os valores depositados ficarão retidos na Conta Escrow enquanto perdurar a tramitação dos recursos interpostos até transitar em julgado ou houver aprovação de todas as partes para movimentação.
- iii.

Caso qualquer dos recursos interpostos venha ser julgado improcedente, os montantes depositados deverão ser liberados em favor da Companhia, assim como os seus rendimentos ocorridos no período, tão logo haja provimento judicial para sua devolução.

Em razão das obrigações assumidas entre as partes no referido Instrumento, a companhia procedeu o depósito em Conta Escrow em 30 de janeiro de 2024 no montante de R\$ 112.689. Os depósitos correspondentes a contraparte, foram realizados mensalmente e encerrados em junho de 2024. O montante atualizado em 31 de dezembro é de R\$ 162.638.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia é representado por 1.687.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
Evoltz Participações S.A.	860.523.002	51,0%
Marambaia Holding S.A. (i)	826.776.995	49,0%
12365359 Canada Inc	1	0,0%
12365341 Canada Inc	1	0,0%
12365367 Canada Inc	1	0,0%
	1.687.300.000	100,0%

- i)

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2024, foi aprovada a mudança na denominação social da Leovac Participações S.A. para Marambaia Holding S.A.

16.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor.

b) Reserva de retenção de lucros

Constituída com base no lucro líquido remanescente após as destinações do resultado do exercício aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

c) Reserva de incentivo fiscal

Incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, concedidos pela SUDAM. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

norte brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.3. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição dos dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 58.019.

Em 28 de maio de 2024 foram pagos aos acionistas o total de R\$ 98.653 de dividendos, sendo R\$ 40.633 dos dividendos a pagar constituídos em 2023 e R\$ 58.019 dos dividendos adicionais supracitados. Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2024 foi realizado pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 45.403, com base nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024, pagos em dezembro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	143.986	202.270
Reserva legal (5%)	(7.199)	(10.114)
Reserva de incentivo fiscal – SUDAM	(20.026)	(29.626)
Lucro base para determinação dos dividendos	116.761	162.530
% dividendos	25%	25%
Dividendos mínimo obrigatório	29.190	40.633
Dividendos intercalares pagos	45.403	63.878
Dividendos adicionais propostos	42.168	58.019

16.4. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações ordinárias no início do exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Número de ações ordinárias ao término do exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro líquido do exercício	143.986	202.270
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro básico e diluído por ação	0,085	0,120

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Remuneração do ativo de contrato de concessão	347.330	344.118
Receita de operação e manutenção	29.933	26.748
Outras receitas (i)	60.795	99.534
Impacto RTP (ii)	(46.206)	-
	391.852	470.400
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS) (iii)	(37.567)	(27.011)
Encargos do setoriais	(17.042)	(17.354)
Provisão de parcela variável de indisponibilidade (PVI)(iv)	-	(20.270)
	(54.609)	(64.635)
Receita líquida	337.243	405.765

(i) Refere-se a diferença entre a amortização do ativo de contrato de concessão e o recebimento (AVC).

(ii) Conforme nota 8, refere-se a revisão do fluxo em razão da RTP.

(iii) Refere-se a exclusão dos efeitos de PIS e COFINS sobre a parcela de ajuste, conforme nota 15.

(iv) Refere-se aos eventos de indisponibilidade conforme nota 5.

	31/12/2024	31/12/2023
Operação e Manutenção - O&M		
- Receita	29.933	26.748
- Custos (a)	(23.666)	(19.686)
Margem (R\$)	6.267	7.062
Margem percebida (%)	20,94%	26,40%

(a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram desconsiderados para a base do cálculo os custos não recorrentes de contingências, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.

18. Custos e Despesas operacionais

	Custos		Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(9.786)	(7.090)	(14.168)	(14.334)
Serviços de terceiros	(12.856)	(12.736)	(8.322)	(7.011)
Meio ambiente	(367)	(1.773)	(3)	-
Contingências	(115)	(1.907)	(2.891)	790
Seguros	(636)	(1.754)	(82)	(67)
Provisão para devedores duvidosos (i)	-	-	(7.976)	(7.269)
Recuperação de despesas (ii)	1.771	6.279	-	-
Outras custos e despesas (iii)	(1.792)	(2.612)	(2.946)	(531)
	(23.781)	(21.593)	(36.388)	(28.422)

(i) Refere-se aos impactos de provisão de inadimplentes, conforme nota 5.

(ii) Ressarcimento das perdas incorridas pelos incidentes de quedas de torres ocorrido em outubro de 2021. Desta forma, em dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R\$ 6,2 milhões de indenização da seguradora.

(iii) Em 2024 refere-se basicamente ao Auto de Infração sobre uma fiscalização realizada em 2023 pelo órgão regulador recebido e liquidado em julho de 2024, no montante de R\$ 1.288.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	42.423	39.850
Rendimentos de depósitos vinculados	5.973	6.723
Outras receitas financeiras	218	285
	48.614	46.858
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(130.647)	(133.275)
Amortização do custo de transação	(4.280)	(4.325)
Outras despesas financeiras	(5.286)	(5.330)
	(140.213)	(142.930)
Resultado financeiro	(91.599)	(96.072)

20. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

20.1. Gestão de riscos

As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e sociedade.

As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Riscos de mercado

É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de taxa de juros** – Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre a despesa financeira associada as debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	31/12/2024
Debêntures – IPCA	1.265.990

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia atuando no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação- IPCA. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Riscos de crédito

É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. Neste sentido, as principais exposições ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

▪ Caixa e equivalentes de caixa – Nota 4

Para controlar o risco de crédito do caixa e equivalentes de caixa, a Companhia possui critérios que estabelecem que as contrapartes devam ser sempre instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica deles.

▪ Contas a receber (concessão do serviço público) – Nota 5

A Administração entende que há riscos mínimos de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão – CUST, celebrado entre a Companhia e o ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

A RAP de uma Companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como debêntures, estão divulgados na Nota 11. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem debêntures que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia liquide tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas (nota 11).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

31/12/2024					
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	5.928	-	-	-	5.928
Fornecedores	24.922	-	20.377	-	45.299
Debêntures	62.398	62.398	744.553	396.641	1.265.990
	93.248	62.398	764.930	396.641	1.317.217

31/12/2023					
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	6.541	-	-	-	6.541
Fornecedores	4.096	12.948	38.845	-	55.889
Debêntures	43.170	43.169	430.096	802.282	1.318.717
	53.807	56.117	468.941	802.282	1.381.147

20.2. Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de debêntures assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida	1.265.990	1.318.717
Caixa e equivalentes de caixa	(398.641)	(438.542)
Depósitos vinculados	(66.675)	(57.514)
Dívida líquida	800.674	822.661
Patrimônio líquido	1.875.834	1.864.460
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	0,43	0,44

20.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável.

A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2025 para o IPCA é de 5,08% conforme expectativa de mercado.

Notas Explicativas

norte brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Taxa	Valor exposto 31/12/2024	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures- IPCA	5,08%	1.265.990	64.312	80.390	96.468
Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido		1.265.990	64.312	80.390	96.468

Fonte: IPCA conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana agregada), em 17 de janeiro de 2025.

20.4. Instrumentos financeiros por categoria

		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros:	Nota Nível				
Caixa e equivalentes de caixa	4 1	398.641	-	438.542	-
Contas a receber	5 2	-	40.830	-	52.375
Depósitos vinculados	9 2	66.675	-	57.514	-
Partes relacionadas	6 2	-	162	-	-
		465.316	40.992	496.056	52.375
Passivos financeiros:					
Fornecedores	10 2	-	45.299	-	55.889
Debêntures	11 2	-	1.265.990	-	1.318.717
Partes relacionadas	6 2	-	5.928	-	6.541
		-	1.317.217	-	1.381.147

20.5. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado (ou seja, inserções não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Ativos financeiros	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em conta corrente	2	211	6.235
Aplicações financeiras	2	398.430	432.307
Depósitos vinculados	2	66.675	57.514

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve transferências de nível no exercício. A Administração da Companhia entende que os valores justos de seus ativos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Aspectos ambientais

A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

A licença ambiental vigente expedida à Companhia até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

Empreendimento	Órgão ambiental	Tipo de licença	Data de emissão	Vencimento
LT Porto Velho - Araraquara 2	IBAMA	LO Nº 1265/14	27/10/2014	25/10/2020(*)

(*) A solicitação da renovação da licença de operação foi efetuada em 27/04/2020. Conforme a Lei 140/11, artigo 14, se a solicitação de renovação for realizada até 120 antes do vencimento fixado, a licença ficará automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. A Companhia mantém suas obrigações vinculadas a LO de forma continua sendo reportado anualmente ao IBAMA por meio do relatório de atendimento as condicionantes.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Seguradora	Categoria - Ramo	Apólice/ Endosso	Vigência	Limite Indenizável
Chubb Seguros	Responsabilidade civil	16.51.0045330.12	Jan/25 a Jan/26	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101001118	Jul/24 a Jul/25	100.000

(i) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 3.675.917 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos

de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480**

Declaramos, na qualidade de Diretores da NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Abelardo Bueno, nº199. Salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ -Brasil, CEP:22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.625.321/0001-56 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2025.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480

Declaramos, na qualidade de Diretores da NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Abelardo Bueno, nº199. Salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ -Brasil, CEP:22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.625.321/0001-56 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2025.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores